

## INTERTEXTUALIDADE E IDENTIDADE SOCIAL: A CONSTRUÇÃO DE UM PAPEL PARA OS MILITARES EM TEXTOS DA IMPRENSA

*André R. N. Martins*

### **Abstract**

This paper analyses the discursive process of the press based on a social view of literacy. It attempts to show how the institution of the press constructs social roles and how a particular form of intertextuality is set to work. The texts which are analysed come from the MA thesis *O discurso da imprensa sobre os militares* (The discourse of the press about the Armed Forces, 1992). Five texts are analysed focussing on the category of intertextuality, on the immediate social context and on the context of culture. The paper tries to identify the social role of the Armed Forces in Brazil and how such a role is constructed by the press.

### **1. Introdução**

Nos últimos anos tem crescido o interesse de estudiosos da linguagem, na Antropologia e na Linguística, principalmente, pela prática discursiva de letramento. Este novo campo de pesquisa valoriza a perspectiva de construção de identidades, valores e crenças com base no fenômeno da linguagem, explicitando como a inserção das pessoas nas práticas e eventos de letramento, de acordo com David Barton (1994), leva-as a uma posição de sujeito específica no contexto social.

Barton, ao considerar a perspectiva social do letramento, estabelece algumas proposições, dentre as quais vale destacar: "Letramento baseia-se num sistema de símbolos. É um sistema simbólico usado para comunicação e efetivamente existe em relação a outros sistemas de troca de informação. É um meio de representar o mundo para os outros" (id.:35). As práticas de letramento, portanto, permeiam as atividades do ser humano intermediando seu pensar e sua intervenção no mundo.

Este trabalho faz uma análise do processo discursivo da imprensa na perspectiva da prática discursiva de letramento. Procuramos ver como a instituição impressa opera de tal modo que constrói papéis sociais e como a intertextualidade que é peculiar a este processo coopera para a construção de identidades sociais. Trabalhamos com textos de jornais diários extraídos do discurso da instituição sobre os militares e seu papel na sociedade brasileira. Em 1992, numa pesquisa para dissertação de mestrado, havíamos analisado o discurso da imprensa sobre os militares no

período da "Nova República". Tendo por referencial aquela pesquisa, selecionamos cinco textos que não foram analisados extensivamente naquele trabalho e que têm em comum o contexto dos debates no Congresso constituinte (1987/1988).

Trabalhamos alguns tópicos como a intertextualidade, a análise do contexto de situação e do contexto de cultura. Por meio do exame das marcas lingüísticas, investigamos como a linguagem opera na instituição imprensa de modo a engendrar uma identidade social para as Forças Armadas. A construção de um papel para os militares nos textos da imprensa faz-se pelo cruzamento de sentidos - muitos dos quais emergem de outras instituições e aparecem nos jornais por meio do complexo fenômeno da intertextualidade, que ganham relevância e fixam-se no contexto social.

Consideramos, ainda, a própria instituição imprensa em seu *modus operandi*. Seus mecanismos de produção, seu funcionamento como empresa, seus instrumentos de controle, tudo isso influencia o processo discursivo que a instituição opera que já não é simplesmente veiculadora, mas privilegiadamente produtora de sentidos.

Na seção seguinte, discorreremos sobre a prática discursiva. Discutimos conceitos teóricos como o letramento, texto e intertextualidade. Na seção 3, apresentamos a análise. Inicialmente, consideramos cada texto de per si e, em seguida, fazemos uma análise mais abrangente do processo discursivo. Na última seção, consideramos alguns aspectos desse processo discursivo, estabelecendo algumas conclusões.

## 2. Prática discursiva e letramento

Adotamos neste trabalho a perspectiva de Fairclough e outros pesquisadores da Análise de Discurso Crítica para os quais o uso da linguagem é uma forma de prática social e o discurso, um modo de agir. Trata-se de uma ação sobre o mundo, não somente no propósito de produzir sentidos, como também de produzir as relações sociais, reforçá-las, alterá-las e representá-las.

Fairclough, em seu livro *Discourse and social change* (1992), sugere uma relação dialética entre discurso e estrutura social de tal sorte que o discurso não só é formado e limitado pela estrutura social como ainda ele se constrói socialmente. Ao analista do discurso, cabe buscar compreender até que ponto a relação assume preferencialmente um ou outro desses fluxos do processo numa determinada conjuntura.

Em que medida a prática discursiva produz efeitos construtivos? Para Fairclough, o discurso conduz à construção do que se pode denominar posições de sujeito. Também leva à construção de sistemas de conhecimento e crença. Sendo assim, podemos dizer que há um ordenamento social que se forja firmado em práticas discursivas. Os vários discursos se entrecruzam no todo social produzindo uma

multiplicidade de sentidos que engendram uma determinada percepção do social.

Nessa compreensão reside uma riqueza de detalhes que caracteriza a heterogeneidade social. Nada está solidamente fixo que não possa ser abalado. Nada é tão passageiro que não produza efeitos duradouros. A dinamicidade da linguagem e sua relação com o social permite a passagem do pêndulo entre ambos os extremos. Ou como nas palavras de Fairclough: "A prática discursiva é constitutiva de modo tanto convencional quanto criativo: ela contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relacionamentos sociais, sistemas de conhecimento e crença) assim como é, contribuindo também para transformar a sociedade" (op. cit., p. 65).

Isso posto, devemos compreender que as práticas discursivas não se originam de modo aleatório. São antes enraizadas e orientadas para estruturas sociais. Compreendê-las na perspectiva do universo político leva-nos a admitir seu papel no estabelecimento, sustentação e mudança das relações de poder. Investigar as práticas discursivas, sua origem e funcionamento, é desvendar o tecido social no qual elas se baseiam.

Fairclough propõe uma concepção tridimensional do discurso. Esta se firma no tripé: texto, prática discursiva (produção, distribuição e consumo) e prática social. Assim sendo, temos o texto como uma dimensão do evento discursivo, não a única. Outra dimensão é a prática social, seja ela política ou ideológica. Para Fairclough, "em alguns casos, a prática social pode ser constituída completamente pela prática discursiva enquanto em outros pode envolver uma mistura de prática discursiva e não-discursiva"(id.: 71). Ele chama a atenção também para o fato de que a prática social faz-se de tal modo que os sujeitos nela envolvidos estão geralmente inconscientes das estruturas, relações de poder e natureza da prática social nas quais se imbricam. Assim também os sujeitos são inconscientes dessa realidade mesmo quando as práticas sociais produzem efeitos e mudanças nas relações e estruturas sociais e na própria luta que as envolve.

Com relação às práticas de letramento, entendemos que estas embasam a instituição imprensa. Letramento é um conceito que vem sendo utilizado nos últimos anos por alguns estudiosos para designar a inserção do indivíduo e da sociedade no domínio do texto, tanto a fala como a escrita. Segundo David Barton, em seu livro *Literacy: an introduction to the ecology of written language* (1994), "letramento é uma atividade social e pode ser melhor descrito em termos das práticas de letramento que as pessoas utilizam em eventos de letramento" (id.: 34). Ele também mostra que há diferentes práticas de letramento, as quais as pessoas vivenciam em diferentes domínios da vida. Nesse trabalho, temos em vista a instituição imprensa cuja prática é uma prática de letramento.

Brian Street, na introdução de seu livro *Cross-cultural approaches to literacy* (1993), procura chamar a atenção para o fato de que a aquisição, o uso e sentidos de

diferentes letramentos têm um caráter ideológico. Segundo Street, as relações de poder desempenham um papel central nas práticas de letramento. A análise do discurso vai permitir, por sua vez, a descoberta dos mecanismos pelos quais a linguagem serve para construir as relações sociais.

Izabel Magalhães (1995: 205), em seu trabalho "Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres", discute o conceito de prática discursiva de letramento, mostrando que elas se configuram como "matrizes históricas que determinam a produção e interpretação de instâncias concretas de textos falados ou escritos, com emissores e receptores concretos."

### **3. Texto e intertextualidade**

Como vamos analisar textos da imprensa, queremos nos deter ainda na perspectiva de Fairclough sobre discurso como texto. Segundo ele, a análise do texto pode ser feita sob quatro enfoques, quais sejam: vocabulário, gramática, coesão e estrutura do texto. A esses enfoques, ele acrescenta mais três que são: a força dos enunciados, a coerência dos textos e a intertextualidade. Os enfoques, segundo Fairclough, cobrem aspectos da produção e interpretação e também as propriedades formais do texto.

Sem querermos nos prolongar na consideração desses itens, devemos lembrar a importância de se cruzar esses vários enfoques. Os sentidos se formam e "ganham espaço" no entrecruzamento dos vários aspectos constitutivos dos textos e nos vários textos que integram o discurso. Por sua vez, a prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo do texto, cuja natureza varia entre os vários tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Para Fairclough, "textos são também consumidos diferentemente em contextos sociais diferentes" (id.: 79).

Nos processos de produção e interpretação, operam variáveis sociais de intervenção. Nem tudo é dito, nem tudo pode ganhar espaço num texto. A natureza específica da prática social determina o que pode figurar e o que efetivamente figura nos textos que compõem o processo discursivo. Nesse caso, a imprensa torna-se um modelo por excelência do que acabamos de considerar aqui. Como veremos adiante, a instituição imprensa funciona de tal modo coerente que em todas as etapas de produção dos textos operam fatores de restrição e controle. Nem sempre aparentes, contudo eles operam eficazmente em todas essas etapas.

Um aspecto que queremos destacar na análise dos textos é a questão da intertextualidade. Cada texto traz marcas, referências implícitas a outros textos. Por não terem surgido no vazio, os textos vão-se somando uns aos outros como na construção de um edifício. Para Fairclough, o conceito de intertextualidade permite-nos ver os textos sob o prisma histórico de modo que eles transformam o passado, ou seja, as convenções existentes e os textos anteriores, em presente.

Consideremos também a questão das metafunções do texto, analisadas por Halliday e Hasan ao livro *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective* (1985: 45). Segundo eles, para se ler e entender efetivamente um texto é preciso: compreender os processos nele imbricados, os participantes envolvidos e as circunstâncias a eles associadas; isto é sua função experiencial; entender o relacionamento entre um processo e outro ou entre um participante e outro que partilham a mesma posição no texto; trata-se da metafunção lógica; reconhecer a função do texto, o tipo de pedido, comando, declaração ou questão, atitudes e julgamentos nele contidos e aspectos teóricos que o constituem como um ato simbólico; metafunção interpessoal, e compreender os valores novos e o tópico da mensagem e a coerência entre uma parte do texto e cada uma das outras partes; que seria sua metafunção textual.

Segundo eles, todo uso da linguagem tem um contexto. O que habilita o discurso a manter coerência não apenas consigo mesmo, mas com o contexto de situação são os aspectos textuais. Com relação ao contexto de situação, os autores propõem três componentes em sua constituição, quais sejam: o campo do discurso, o tenor do discurso e o modo do discurso.

Assim, para Halliday e Hasan, "o contexto de situação, definido nesses termos, é o ambiente imediato no qual um texto funciona efetivamente" (op. cit, p. 46). Por campo do discurso, entenda-se o tipo de atividade dentro do qual a linguagem desempenha um papel, a natureza da ação social que se desenrola. O tenor do discurso diz respeito aos participantes, quem toma parte na ação, a natureza dos sujeitos envolvidos, seu *status* e papel. Por fim, o modo do discurso refere-se à parte da linguagem que está sendo utilizada, que expectativa os participantes têm do uso da linguagem, a organização simbólica do texto e sua função nesse contexto.

Com relação ao contexto de cultura, ainda segundo Halliday e Hasan, este se refere à relação entre as várias instituições sociais, os vários textos e a cultura. Isso implica as complexas estruturas que sedimentam as relações sociais. As expectativas, os pressupostos presentes em cada texto em sua relação com os leitores, ouvintes, telespectadores e participantes de um modo geral. Ou como dizem os autores, "todos esses fatores constituem o contexto de cultura, e determinam, coletivamente, o modo pelo qual o texto é interpretado em seu contexto de situação" (op. cit., p. 47).

#### **4. À construção de um papel para os militares**

Apresentamos, nesta seção, alguns textos que utilizamos na análise do processo discursivo na imprensa. Tais textos fizeram parte *docorpus* de nossa pesquisa sobre o discurso da imprensa sobre os militares. Discutimos alguns enunciados, fazemos uma análise específica de cada texto e, ao final, realizamos uma análise geral do processo discursivo.

a) "Plenário discute o papel dos militares"  
*Correio Braziliense*, 3 de abril de 1987.

A esquerda e a direita usaram ontem o espaço destinado à apresentação de matérias constitucionais para colocar na sessão plenária da Constituinte, suas posições sobre o papel a ser reservado às Forças Armadas na nova Carta Magna. De um lado, o comunista Eduardo Bonfim (PC do B/AL) defendeu que elas devem cuidar exclusivamente da integridade do território nacional, contra ameaças externas. De outro, o pedessista Gerson Peres (PA) reivindicou mais espaço político para as Forças Armadas.

—Elas devem ser estritamente profissionais e terminantemente proibidas de intervir na vida política do País. O novo texto constitucional deve deixar claro que é vedado às Forças Armadas e a qualquer de seu membros ações no sentido de contestar, afrontar ou desestabilizar os governos constitucionais. Mais do que isso, a nova Constituição deve deixar explícito que o golpe de Estado ou a tentativa de realizá-lo são crimes contra a soberania popular — pregou Eduardo Bonfim.

O comunista, que ocupou primeiro a tribuna, considerou "urgente e inadiável" uma definição clara e precisa do papel das Forças Armadas, por entender que o militarismo continua, mesmo com a Nova República, sobrepondo-se aos disciplinamentos dos poderes. "Assistimos a uma crescente intervenção militar nos destinos da sociedade civil", observou, acusando oficiais da ativa, incluindo ministros militares, de defender o terrorismo de Estado e a volta ao regime autoritário.

Gerson Peres, do PDS, disse, por sua vez, ser falso o temor de que as Forças Armadas "são males à consolidação do regime democrático". Na sua opinião, ao invés de tirar a sua competência para defender a segurança interna, deve-se dar a elas maior espaço político. Ele admitiu que sejam submetidas ao Congresso questões como importações de equipamentos militares e aumento dos efetivos das corporações.

Segundo o pedessista, não adianta querer que as Forças Armadas não interfiram para garantir a ordem interna, pois a qualquer ameaça elas deixariam os quartéis, já que "estão ali, armadas". Propôs que elas devem ser mais politizadas, profissionalizadas e conscientizadas, utilizando-se a sua capacidade ociosa na construção de estradas vicinais, vacinação em casos de endemias e epidemias e em campanhas contra o analfabetismo.

#### PROJETO

A esquerda, no entanto, não pretende esperar pela nova Constituição para deter o avanço das Forças Armadas. Depois de pedir, mais uma vez, a demissão do secretário de Segurança do Distrito Federal, coronel Olavo de Castro, pelas declarações que deu à imprensa considerando "brilhante" a operação militar contra bancários em que constituintes acabaram sendo agredidos, Lysâneas Maciel (PDT/RJ) apresentou projeto de decisão para assegurar a soberania da Assembléia Nacional até a promulgação da nova Carta.

—Felizmente alguns parlamentares foram espancados—observou repetidas vezes o parlamentar, lembrando que nada aconteceu quando o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, que chamou de "aquele desequilibrado mental", pôs a Guarda Metropolitana em cima de trabalhadores no mesmo dia em que a polícia reprimia a assembléia dos bancários em Brasília. Com base nos dois episódios e no artigo 59, parágrafo 7º do Regimento Interno da Constituinte, que permite à Assembléia suspender medidas que a ameacem, apresentou projeto de decisão à Mesa Diretora.

Pela proposta do pedetista, ficam proibidas, até a promulgação da nova Carta, medidas que possam representar constrangimento contra qualquer participante de movimento ou manifestação reivindicatória, limitando-se a ação das autoridades à proteção dos bens públicos ou particulares e à manutenção da ordem.

O projeto de decisão também obriga o Poder Executivo, em casos de excessos, a apurar as respon-

habilidades no prazo máximo de 30 dias. Se aprovado pelo plenário da Constituinte, o projeto já começará a ser aplicado sobre os casos de Brasília e São Paulo, com o Governo devendo apresentar à Assembléia Nacional, um mês depois, um relato completo sobre as responsabilidades intelectuais e materiais da violência policial.

#### GOLPE

"Há um clima de golpe no ar", declarou, no início da sessão, a deputada Irmã Passoni (PT/SP), primeira oradora inscrita. Ela criticou o Governo, indagando se tal ameaça não estaria sendo estimulada pelos próprios detentores do poder. Classificou o ministro da Justiça, Paulo Brossard, de conservador de direita e observou que enquanto a União Democrática Ruralista (UDR) conta com todo apoio, aos trabalhadores rurais é reservada a plena repressão.

Estabelecendo o contexto de situação na perspectiva de Halliday e Hasan, encontramos os seguintes elementos nesse texto: como *campo do discurso*, temos um texto da imprensa do gênero reportagem sobre as atividades do Congresso constituinte; como *tenor*, observamos quatro participantes com direito à voz, enquanto outros três são citados indiretamente; faz-se referência ainda a outras entidades: *esquerda, direita, Forças Armadas, Constituinte/Assembléia Nacional, União Democrática Ruralista*; como *modo do discurso*, constatamos que ele foi escrito para ser lido coletivamente, veiculado por um *mass media*, texto descritivo, desenvolve uma argumentação racional.

Outras características do texto: a transformação recorrente do discurso direto em indireto; enseja uma leitura fácil e ampla, por ser descritivo; texto produzido por um profissional, mas também manipulado por outros (editor, *copydesk*, revisor) e consumido coletivamente; o texto integra, num todo coeso, as falas específicas dos participantes e o resumo das posições de outros citados; o texto é expressão do poder do profissional e, em última instância da instituição, que detém o controle interacional ao definir os termos da participação de cada um; desenvolve um processo relacional com o uso freqüente de nominalizações e uma referência recorrente às posições diferenciadas entre os participantes.

Seu tema é a discussão sobre o novo papel dos militares, alinhavando como pressupostos: a necessidade de discussão e a possibilidade de mudança efetiva. A matriz social do discurso revela uma imprensa engajada na manutenção do equilíbrio do jogo político e o predomínio das forças conservadoras no Congresso constituinte.

O texto trabalha uma oposição direta entre *esquerda e direita* na definição do papel dos militares. Há uma série de implícitos que caracterizam a materialidade da intertextualidade no processo discursivo. Vejamos alguns:

- a) o Congresso constituinte vai redefinir o papel dos militares;
- b) a redefinição do papel das Forças Armadas é um ponto polêmico;
- c) a *esquerda* teme nova intervenção militar;
- d) a *direita* está satisfeita com o desempenho das Forças Armadas.

O texto revela o caráter ideológico que domina a discussão sobre o papel das Forças Armadas na nova conjuntura. O próprio texto explicita uma carga ideológica ao trabalhar com expressões estereotipadas como *esquerda, direita, comunista, Assembléia Nacional, militarismo, Nova República*.

No uso de expressões como estas, o texto explicita o caráter ideológico que marca o debate, minimizando sua relevância no contexto mais amplo da sociedade, restringindo-o aos limites de partidos políticos antagônicos. O deputado do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ganha a alcunha de "comunista" quando, a exemplo de outros deputados citados deveria ser referido como *pecebista* (de PCdoB). Ao optar por "comunista", faz-se uma identificação ideológica, caracterizando-o como estranho, diferente.

Com relação ao controle interacional, observamos ainda: o texto dá voz a três deputados da esquerda e a apenas um da direita. Num certo sentido, trata-se de uma questão de privilegiar o discurso da esquerda. De outra parte, o deputado identificado como de direita pouco fala diretamente. Utilizando o discurso indireto, o texto refere-se ao parlamentar e suas posições. A mesma situação se repete ao final do texto com a deputada do Partido dos Trabalhadores (PT). É não somente uma opção de "resumir" a fala, integrando-a ao texto, mas também uma forma de conferir maior espaço e coesão à voz do participante.

b) "Conto do golpe"

*Jornal do Brasil*, 25 de março de 1988.

Com deplorável freqüência, os políticos continuam a se utilizar do nome das Forças Armadas em causa própria. É uma das formas preferidas por eles para fugir à responsabilidade. Os militares continuam a ter costas largas e a servir de proteção a interesses políticos inconfessáveis. Nas ocasiões favoráveis à convergência, sempre aparecem ambiciosos de poder. E não faltam medíocres para colaborar na farsa.

Ainda agora, no episódio crucial da Constituinte, juntaram-se ambiciosos de poder, interessados em vantagens e medíocres pela própria natureza, numa operação praticada à sombra das preocupações legítimas das Forças Armadas com a crise econômica e as tensões sociais.

Não foi difícil utilizar o nome das Forças Armadas para intimidar os constituintes sem condições de conferir os supostos riscos de votar de acordo com a convicção de cada um. Montou-se uma operação de intimidação dos incautos, e houve quem se deixasse amedrontar.

Nem só de incautos, no entanto, se contam os votos da Constituinte. Há também vorazes aproveitadores de ocasiões como essa que propiciou uma fartíssima distribuição de gorjetas. São favores que se pagam com subserviência e voto. Os beneficiários são os maiores interessados em fazer saber que votaram assim ou assado por imposição militar. A conduta oportunamente permitirá que eles se justifiquem perante os eleitores, sem terem que prestar contas pelos favores e vantagens auferidos. As Forças Armadas ficam de avalistas, e assumirão o débito moral.

O *conto do golpe militar* foi passado na Constituinte pelos matreiros políticos, que se locupleta-

ram com as honras e as glórias de servir a interesses e receber o troco, se honra e glória se confundem com o que se viu. O certo, porém, é que as Forças Armadas são completamente desinteressadas do poder político. Depois de dois decênios gerindo a administração pública com poderes ilimitados, os militares não saíram com saldo político e moral. Nem mesmo os políticos que tiraram vantagens da passagem das Forças Armadas pelo poder foram defendê-las, quando a situação se tornou econômica e politicamente insustentável.

A intervenção militar em 64 teve como objetivo estancar a esquerdização e a corrupção. Ao sair, os militares levaram para os quartéis, sob a indiferença dos políticos, a verificação de que a corrupção era irrecusavelmente maior do que antes, e as esquerdas estavam do mesmo tamanho. A disciplina militar ficou com os seus fundamentos abalados e exposta ao risco de divisões perigosas. As Forças Armadas não são interessadas em nova aventura política para tirar a castanha do fogo para a política saboreá-la.

Quando se dispuseram a palmilhar a transição do regime, reconheceram os militares que as questões políticas estão além da sua capacidade de resolvê-las. Falta-lhes preparo para tanto. O resultado frustrante de 64 merece ser esquecido, e não lembrado. A política é, portanto, reservada aos políticos e, embora o Brasil não esteja bem aquinhoado, ainda assim eles é que terão de encontrar soluções.

Não deveria assustar a mais ninguém a invocação das Forças Armadas como argumento para dissuadir os constituintes ou limitar-lhes a soberania. Mesmo porque os pressurosos em faturar vantagens valem-se da velha técnica de distrair a atenção do cidadão, para ficar com a mão livre. Em nome das Forças Armadas, o que pode ser dito, sem qualquer desrespeito, é que são interessadas num regime cuja transparência impeça que elas sejam usadas para ocultar interesses menores e procedimentos fisiológicos.

Não foi manobra tática a volta à posição institucional das Forças Armadas: a decisão representou a verificação de que não valeu a pena assumir responsabilidades políticas, e serem utilizadas por políticos, e passarem à História como incompetentes. Representou também a mesma verificação, por toda a nação, de que o Brasil possivelmente não está maduro para a vida democrática, mas com a certeza de que somente praticando hábitos democráticos chegaremos a ser uma democracia.

Considerando o contexto de situação, temos como *campo do discurso* um texto próprio da imprensa do gênero editorial que analisa a ação de grupos políticos no contexto das votações do Congresso constituinte; como *tenor*, observamos o registro de ação de três grupos participantes, citados genericamente, e identificados como: os políticos aproveitadores, os militares e os políticos medíocres; *comomodo do discurso* temos um texto analítico, opinativo, escrito para ser lido coletivamente e veiculado por um *mass media*.

Outras características do texto: apresenta um encadeamento lógico de argumentos; texto analítico, persuasivo, de leitura fácil; geralmente produzido por um profissional, embora manipulado por outros, conserva sempre fidelidade ao seu autor, alguém de prestígio na empresa; o texto manifesta assim autoridade ao representar a voz da instituição; não possibilita voz a nenhum dos grupos participantes, apenas resume suas posições, referindo-se freqüentemente a elas; usa freqüentemente nominalizações e modalizadores.

Seu tema é a utilização por parte de grupos políticos do "fantasma" da intervenção militar para amedrontar outros políticos e conseguir aprovação para proje-

tos de seus interesses. A matriz social do discurso expõe o arranjo frágil do sistema democrático do país.

O texto deixa implícito quais foram os interesses dos políticos "ambiciosos". Trata-se de votações decisivas para o futuro do sistema político (definição do sistema de governo - se presidencialista ou parlamentarista - e duração do mandato presidencial, com possibilidade de realização de eleição direta para presidente ainda naquele ano).

Logo no primeiro parágrafo, o texto diz: "os militares continuam a ter costas largas e a servir de proteção a interesses políticos inconfessáveis." Existe aí o pressuposto de que no passado os militares serviram de proteção a facções políticas em luta pelo poder.

Há um dilema que o texto apresenta sem resolvê-lo. Ao tempo que diz: "as Forças Armadas ficam de avalistas, e assumirão o débito moral" o texto também afirma: "O certo, porém, é que as Forças Armadas são completamente desinteressadas do poder político" e ainda: "As Forças Armadas não são interessadas em nova aventura política." O uso do verbo *ser* no presente do indicativo confere nesses casos um aspecto de reificação, isto é, a apresentação de situações transitórias, históricas, como se eternas fossem. A instituição Forças Armadas surge como se fosse imunizada contra propostas políticas. E ainda o uso do advérbio *completamente* confere um caráter de completude à sua destinação institucional. Assim, o texto enseja um paradoxo. E é nos paradoxos que o texto vai articulando que podemos constatar a fragilidade do sistema democrático.

O texto faz referência indireta ao fato de que a intervenção militar no passado frustrou a democratização do país. No entanto, na superfície, a referência é feita ao insucesso do regime pelo fato de o mesmo não ter atingido seus objetivos: "estancar a esquerdização e a corrupção". Desse modo, a questão política do país é vista sob o ponto de vista da instituição e não da sociedade como um todo. E nesse sentido, uma virtual intervenção militar prejudicaria antes de mais nada a própria instituição. Outro ponto a destacar nesse enunciado é a equivalência que é feita entre esquerdização e corrupção. Com isso, o ser de esquerda figura como algo negativo, prejudicial ao equilíbrio político.

Como veremos adiante, o texto constrói, assim, uma identidade para os militares: a de promotores do regime democrático, de vez que a própria instituição tem interesse nesse regime pois é o único que pode garantir-lhe sua destinação constitucional. A construção é frágil, porém, não resistindo à análise dos fatos, um dos quais o próprio texto procura trabalhar: a possibilidade de intervenção militar continua a ser invocada no país para barrar o avanço da democratização.

c) "Militares admitem mudança, mas sem casuísmo"  
*O Globo*, 29 de agosto de 1987.

BRASÍLIA — Implantar o parlamentarismo no País como tentativa de cortar um mandato presidencial em exercício é casuísmo, e qualquer mudança do sistema de Governo deve ser feita através de um diálogo com o Presidente José Sarney. Esta foi a opinião expressa pelos Ministros Leônidas Pires Gonçalves (Exército), Henrique Sabóia (Marinha), Moreira Lima (Aeronáutica) e Campos Paiva (Emfa) ao Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, e aos Líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso (no Senado) e Luiz Henrique (na Câmara), em almoço que contou ainda com a presença dos Deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Este encontro foi precedido de outro, ontem pela manhã, entre Sarney, o Senador José Richa (PMDB-PR) e o deputado Konder Reis (PDS-SC) que, a exemplo do que Arinos fez com os militares, explicaram ao Presidente que o movimento parlamentarista na Constituinte não é contra a sua pessoa ou contra o seu Governo. No almoço, Arinos declarou aos ministros que, desde o início dos entendimentos sobre o parlamentarismo, acha que o processo de implantação do novo sistema passa, necessariamente, por uma conversa com o Presidente.

Tanto Arinos quanto Fernando Henrique saíram do almoço afirmando que os ministros militares não são obstáculo à adoção do parlamentarismo, pois não fizeram em tese objeções a este tipo de sistema. A tônica do encontro foi a preocupação dos ministros com a implantação do novo sistema durante o Governo Sarney e o temor de que o presidente seja excluído desta transição.

— Não há dúvidas de que eles aceitam o parlamentarismo. O que eles esperam é um entendimento geral com o o Presidente Sarney. E eu estou de acordo com a posição deles, de que não podemos excluir o Presidente desta transição — disse Afonso Arinos, acrescentando ter ficado muito satisfeito com o encontro.

Durante o almoço, Arinos, Fernando Henrique e Luiz Henrique insistiram na proposta de que o parlamentarismo seja adotado logo após a promulgação da Constituição. Ouviram dos ministros, então, que o Presidente Sarney deve ser consultado.

Na conversa, Arinos falou sobre sua posição parlamentarista, fazendo uma longa exposição histórica sobre a República para explicar que este é o melhor sistema de Governo para o País. Após esta exposição, mostrando que a preocupação com a questão conjuntural da adoção do parlamentarismo hoje é maior do que em relação à tese, o Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, perguntou:

— Mas, então, como é que se faz agora?

Segundo Fernando Henrique, os ministros militares fizeram questão de deixar claro que o problema do sistema de Governo é uma "questão civil", e não militar, que não interessa aos militares como corporação. Os ministros não têm, inclusive, uma posição única e fechada sobre o sistema de Governo ideal, pois suas simpatias variam e um deles chegou a confessar-se parlamentarista.

A deputada Sandra Cavalcanti classificou o encontro como uma "conversa muito boa, que acabou com qualquer tentativa de dar ao movimento parlamentarista a conotação de um confronto com o Presidente ou como uma tentativa de evitar futuras candidaturas à Presidência.

Considerando o contexto de situação, temos como *campo do discurso* um texto típico do gênero reportagem, analisando a conjuntura política em relação às posições dos ministros militares; como *tenor*, temos a participação de três grupos distintos: ministros militares, líderes políticos formais e líderes políticos informais; como *modo do discurso*, temos um texto descritivo, veiculado por um *mass media*.

Outras características do texto: faz um encadeamento lógico de argumentos; produzido por um profissional e manipulado por outros; possibilita voz a alguns participantes e também resume suas posições; recorre frequentemente às posições dos participantes.

Seu tema é o embate de posições sobre a questão do parlamentarismo e o ponto de vista militar. A matriz social do discurso é a negociação que se trava entre os líderes políticos envolvendo os chefes militares com relação ao futuro do sistema de governo.

O texto explicita a posição dos ministros militares com relação à possibilidade de implantação do parlamentarismo naquela conjuntura, ao tempo em que mostra a negociação travada entre os líderes do maior partido, o presidente da Comissão de Sistematização, dois outros parlamentares defensores do parlamentarismo e os ministros militares. A reunião - descrita na reportagem - não significa uma instância de poder de direito, mas de fato.

Logo no título, verifica-se que os ministros militares não são conservadores pois admitem mudança. Em seguida, o operador argumentativo/was fixa os limites: "sem casuísmo". E o que o texto aponta como casuísmo - na perspectiva dos ministros - é a implantação imediata do parlamentarismo ou a discussão desse processo excluindo o presidente Sarney (a quem os ministros devem lealdade e a permanência no cargo). O limite atinge a soberania do poder constituinte, pois, mesmo que esse processo se desenrole no âmbito do Congresso constituinte entende-se que é casuísmo por não se considerar o presidente Sarney na medida que a mudança pode limitar o exercício do seu mandato. Aí se vê o contraste de soberania entre o Poder Executivo, representado por um presidente eleito indiretamente e o Poder Legislativo, representado pelos parlamentares eleitos diretamente. O primeiro detém mais poder que o segundo.

O presidente da Comissão reconhece o limite. O texto resume sua posição: "acha que o processo de implantação do novo sistema passa, necessariamente, por uma conversa com o Presidente." Verifica-se, então, a marca da transição negociada pelas elites e que garantiu a passagem de poder para os civis.

d) "A perda da visão do Estado"

*O Estado de S. Paulo*, 24 de junho de 1987.

Os ministros militares propriamente ditos (Marinha, Exército e Aeronáutica, e o chefe do Emfa), além dos ministros-chefes do Gabinete Militar da Presidência da República (que é o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional) e do Serviço Nacional de Informações, reúnem-se hoje para avaliar a situação geral do País. Pode adiantar-se a conclusão a que chegarão os responsáveis pela execução da política de segurança nacional e defesa das instituições: nada de novo na frente, o País está em calma (apesar da ameaça de greve geral engendrada pela CUT e pela CGT) e o processo de elaboração da nova Constituição vai de vento em popa, pois se está diante da Constituinte mais demo-

crática que o Brasil já teve.

Se houver variantes na interpretação do resultado da reunião, não dirão respeito certamente aos trabalhos da Constituinte, uma vez que o sentimento geral das Forças Armadas, a julgar pela palavra de seus chefes naturais, é o de que — tendo sido acolhidas praticamente todas as reivindicações da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e tendo o *lobby* das Forças Armadas realizado a contento seu trabalho — pode descansar-se em paz e elogiar o caráter democrático do Congresso-constituente. Apesar dessa satisfação incontida, da qual demos notícia em amplo noticiário publicado domingo passado, persistem alguns pontos a ser esclarecidos nesta última fase do debate constituinte: se houver o parlamentarismo, qual a situação dos ministros militares, a questão da reintegração dos anistiados no quadro do oficialato e o problema da subordinação da aviação comercial e civil ao Ministério da Aeronáutica, como é hoje, ou ao Ministério dos Transportes, como pretende poderoso *lobby* de aeronautas e aeroviários.

Paia quem leu com atenção a matéria a que nos reportamos, causa espanto a distância de oficiais-generais com responsabilidade de comando ou direção em relação ao que está acontecendo na Assembléia. Para uns, o caráter democrático da Constituinte se espelha no fato de os *lobbies* terem podido trabalhar à vontade, sendo irrelevante saber se o resultado do trabalho das Comissões Temáticas favorece ou não esta ou aquela tendência ideológica. Para outros, tendo sido rejeitados os "casuísmos" que afetavam a posição corporativa dos comandos das três Armas singulares e tendo sido mantido o monopólio da Petrobrás, todo o mais é irrelevante. Se na Comissão de Ordem Econômica tivesse sido ampliada a intervenção do Estado na economia, a questão seria de somenos, embora o excesso de arrecadação do Imposto de Renda (pessoas físicas e jurídicas privadas) reforce — e como! — o orçamento militar, se tivesse sido proclamado o socialismo, mantidas as estruturas atuais das Forças Armadas e sua destinação, possivelmente a comoção não teria sido grande; afinal não foi sob os governos militares que a intervenção estatal na economia avançou além do concebível e não foi a Emenda Constitucional da Junta Militar que consagrou o princípio da desapropriação para reforma agrária mediante o pagamento em títulos da dívida pública?

Tendo sempre defendido a manutenção do *statu quo* constitucional no que tange à destinação das Forças Armadas, estamos inteiramente à vontade para afirmar que na Nova e depois na Novíssima República só se acentuou o caráter corporativo das Forças Armadas. Se na Constituinte de 1891, os militares se representaram individualmente em bom número, agiram nela como representantes do povo (embora a "ditadura republicana" iniciada em 1889 ainda estivesse presente na memória de todos); se nos trabalhos preparatórios da Constituinte de 1934, o general Góes Monteiro representou o Exército e a Armada na famosa "Comissão do Itamaraty", na Constituinte propriamente dita não houve *lobby* militar a defender a inclusão do conceito de Segurança Nacional nem a criação do Conselho de Segurança Nacional (como se chamou, na época). Que dizer, então, da Constituinte de 1946, quando as Armas praticamente passaram despercebidas, apesar de sua contribuição para a queda da ditadura ter sido inestimável? Só em 1987 é que as Forças Armadas se apresentaram e apresentam corporativamente perante a Assembléia Nacional Constituinte para defender, no *lobby* reconhecidamente mais bem-articulado de quantos ali realizam sua tarefa, os seus interesses de corporação militar. Não se pode recriminá-las, se os censores organizaram o seu; se as Polícias Militares fizeram o mesmo, e se com certeza os funcionários públicos civis também tudo fizeram para manter e ampliar suas regalias — a fora os grupos privados.

Quando se tornou evidente que os *lobbies* — inclusive de funcionários do Estado — estavam dispostos a impor seus pontos de vista corporativos à Assembléia Nacional Constituinte, alertamos a Nação do risco que isso representava para a desnaturação do processo constituinte. O resultado dessa segmentação da *idéia de Estado* foi que se chegou a um anteprojeto em que não há *idéia de Estado* alguma a basilar os trabalhos da Comissão de Sistematização: existem diferentes visões grupais, seus

defensores batalhando para impô-las as demais em setores específicos, esquecendo-se da articulação do todo social, que se reflete ao nível estatal. Por isso, os liberais lutaram na Comissão de Ordem Econômica para defender a propriedade, deixando que na Comissão de Ordem Social se fizesse gato e sapato do direito de propriedade. Por isso, os militares estão satisfeitos com os trabalhos realizados até agora: obtiveram tudo o que desejavam e têm a certeza de que a questão da anistia será resolvida a contento e de que uma explicação didática sobre as vantagens da subordinação do DAC ao Ministério da Aeronáutica impedirá desvios maiores. Resta, porém, o parlamentarismo: como resolver a questão da confiança?

As Forças Armadas parecem de fato decididas a deixar que os civis se entredovorem sobre questões ideológicas, convencidos de que não haverá radicalização nas discussões em plenário(!). O sintoma é benfazejo demais para servir como denunciador de um amadurecimento completo da consciência *civilista* dos militares. Resta saber como se comportarão na eventualidade de a Assembleia Nacional Constituinte, em plenário, autorizar a sindicalização dos funcionários públicos civis e assegurar a eles o direito de greve, além de estabelecer que a lei ordinária ditará as normas de convocação das Forças Armadas para defender o meio ambiente — até mesmo contra as usinas nucleares e as decisões das autoridades responsáveis pelo programa nuclear paralelo, na hora que tiverem de enterrar o lixo atômico.

Definindo o contexto de situação, temos como *campo do discurso*, um texto característico da instituição imprensa do gênero editorial, que faz uma análise da realidade do Estado brasileiro; o *tenor* expõe a situação da instituição Forças Armadas que é o participante protagonista, mencionando-se secundariamente outros participantes; como *modo do discurso*, temos um texto opinativo, analítico, escrito para ser lido coletivamente e veiculado por um *mass media*.

Outras características do texto: faz um encadeamento de posições resumidas e argumentos persuasivos; geralmente produzido por um profissional e manipulado por outros, guardando fidelidade à linha editorial da empresa; o controle interacional fez-se pelo resumo de posições de alguns participantes; o texto privilegia a perspectiva da instituição Forças Armadas ao explicitar, de forma recorrente suas posições e fazer a defesa de seus interesses; faz uso freqüente de nominalizações e modalizadores.

O tema é a discussão da situação do Estado animada pelo debate sobre a questão militar. A matriz social do discurso expõe a fragilidade do arranjo político sobre o qual se fixa a organização do Estado brasileiro.

O texto apresenta os ministros militares como "os responsáveis pela execução da política de segurança nacional e defesa das instituições", defendendo esse *status*. Pelo fato de ter garantido no texto provisório da nova Constituição suas principais reivindicações, a instituição pode ficar tranqüila e descansar quanto à situação política do país e "elogiar o caráter democrático do Congresso Constituinte." O texto estabelece, assim, uma vinculação direta entre a satisfação dos interesses da instituição e o "caráter democrático" dos trabalhos.

Mas não obstante o fato de o país estar em calma — e um dos objetivos e

interesses da instituição é esse, eis o implícito — existem ou, como diz o texto, "persistem alguns pontos a ser esclarecidos". Nesse caso, o texto faz uma crítica quanto à distância dos ministros militares de outros debates que se travam no âmbito do Congresso constituinte. Diz o texto: "...causa espanto a distância de oficiais-generais com responsabilidade de comando ou direção em relação ao que está acontecendo na Assembléia." Dessa forma, o texto não só abre espaço à instituição Forças Armadas no cenário político nacional como também defende esse tipo de intervenção.

Há uma referência irônica ao fato de que os militares estão indiferentes a outras questões que não aquelas ligadas diretamente a seus interesses imediatos. Diz o texto: "...se tivesse sido proclamado o socialismo, mantidas as estruturas atuais das Forças Armadas e sua destinação, possivelmente a comoção não teria sido grande." Em seguida, o texto faz uma ligação entre dois princípios do socialismo e medidas adotadas no regime militar.

Outra crítica, aliada a um elogio, é feita aos militares. Primeiro, o texto critica o corporativismo crescente das Forças Armadas, mostrando o quadro evolutivo desde a 1ª Constituição Republicana. Por fim, elogia o trabalho *à*lobby exercido pela instituição no Congresso constituinte, apresentando-o como *o*lobby "reconhecidamente mais bem-articulado de quantos realizam sua tarefa." O elogio, de certo modo, esvazia o teor da crítica feita.

Mais adiante, o texto atribui um papel de tutela à instituição Forças Armadas. Trata-se de um implícito que está presente na seguinte afirmação que abre o último parágrafo: "As Forças Armadas parecem de fato decididas a deixar que os civis se entredevorem sobre questões ideológicas, convencidos de que não haverá radicalização nas discussões em plenário(!)" Ao tempo que afirma que a instituição não vai intervir nas discussões, o texto carrega implicitamente a idéia de que — se achar que deve—ela o fará. O uso das expressões "decididas a deixar" e "convencidas de que não haverá radicalização" evidencia um limite na autonomia do Congresso constituinte.

O texto se encerra questionando o "amadurecimento completo da consciência *civilista* dos militares" e admitindo a possibilidade de intervenção militar caso outros interesses militares venham a ser contrariados.

e) "Militares fazem 'lobby' para manter atribuição"

*Folha de S. Paulo*, 20 de abril de 1987.

Da Sucursal de Brasília

Os ministros militares acreditam que o Congresso constituinte não irá alterar qualquer um dos pontos da atual Constituição relacionados com as Forças Armadas. Para isso, um intenso trabalho de

"lobby" vem sendo feito pelas assessorias parlamentares dos ministérios militares, a fim de mostrar aos senadores e deputados a necessidade de manutenção dos dispositivos constitucionais relativos às Forças Armadas. Essas normas, segundo os ministros, "são comuns às Forças Armadas dos países democráticos e por isso devem ser mantidas".

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, 65, por exemplo, acha que os rumores que "têm surgido envolvendo os militares em golpes fazem parte de uma estratégia montada para conturbar o debate, na Constituinte, sobre o papel constitucional das Forças Armadas, com o objetivo de modificá-lo". O ministro Leônidas afirma também que os parlamentares terão bom senso e saberão preservar a função dos militares.

Na semana passada, Leônidas incumbiu seus assessores de distribuir entre os constituintes uma publicação do Centro de Comunicação Social do Exército, intitulada "Temas Constitucionais — Subsídios", no qual apresenta o ponto de vista do Exército "para esclarecimento de temas atinentes às Forças Armadas, em debate na opinião pública ou, mais especificamente, na Assembléia Nacional Constituinte". Essa publicação tem o endosso dos demais ministros militares que pretendem utilizar meios semelhantes para defender suas opiniões junto aos parlamentares.

O tema mais polêmico é a destinação constitucional das Forças Armadas, considerada "uma das mais arraigadas tradições do Direito Constitucional Brasileiro, segundo a publicação do Exército, que esclarece ainda que "a dupla missão das Forças Armadas existe contra o inimigo externo que ameace a soberania nacional ou a integridade de seu território, e contra aqueles que, no interior do país, perturbem gravemente a ordem ou afrontem os poderes constitucionais e o império da lei". Mais adiante, o Exército justifica a necessidade de manutenção desse papel afirmando que "as Forças Armadas jamais tomaram, isoladas, a iniciativa de empregar o seu poder, utilizando-se de uma suposta autonomia, mas quando o fizeram foi atendendo às aspirações do povo, com ele se ombreando em todos os momentos decisivos da vida nacional". Sobre isso, o próprio ministro Leônidas declarou que "nós, militares, nunca fomos intrusos na história do Brasil, mas, sim, instrumentos da vontade nacional".

Quanto à proposta de tornar o serviço militar voluntário, o Exército alega que, no caso brasileiro, essa medida "prejudicaria a capacidade de mobilização militar com a presteza que exige a guerra moderna". O Exército considera ainda que "a medida, fatalmente, conduziria a um maior isolamento dos militares, em relação ao restante da sociedade", acrescentando que "um pesado ônus recairia sobre a sociedade brasileira: a manutenção das Forças Armadas profissionais". Afirma também que são raríssimos os casos de países que não adotam o serviço militar obrigatório, em tempo de paz, "fato que demonstra, à sociedade, a necessidade de manter-se a tradição constitucional brasileira de obrigatoriedade do serviço".

Com relação ao direito político dos militares, o Exército entende que "seria viável estender aos cabos e soldados profissionais o direito de votar e ser votado". A exclusão do direito ao voto permaneceria, entretanto, apenas para cabos e soldados não-profissionais, "que são mais suscetíveis de se deixarem envolver pelas inquietudes político-partidárias". Além disso, o Exército diz que os militares são convocados a garantir as eleições, muitas vezes com o emprego de grandes contingentes, e a exclusão do voto do cabo e soldado favorece o trabalho da Força na garantia dos pleitos eleitorais.

Ainda em relação ao direito político dos militares, o Exército esclarece que mesmo na ativa eles são elegíveis, mas que devem continuar liberados da filiação prévia a um partido, para manter as Forças Armadas afastadas da política partidária.

Considerando o contexto de situação, temos como *campo do discurso*, um texto característico da imprensa do gênero reportagem, analisando a luta dos militares para manter suas atribuições na nova Constituição; como *tenor*, temos a

participação de um representante da instituição Forças Armadas e a própria instituição é também representada indiretamente por meio de um texto citado freqüentemente; como *modo do discurso*, temos um texto descritivo, veiculado por um *mass media*.

Outras características do texto: dá voz aos ministros militares, ao ministro do Exército, de per si, abrindo espaço também a uma publicação do Exército; trata-se de um texto produzido por um profissional e manipulado por outros; o controle interacional é quase inexistente, pois não há participantes diferentes, nem divergência de posições, as discordâncias são mencionadas implicitamente; apresenta um encadeamento sistemático das várias questões, com o uso freqüente de advérbios modalizadores e formas verbais perifrásticas.

Seu tema é a descrição do trabalho de *lobby* desenvolvido pela instituição Forças Armadas no Congresso constituinte e seus efeitos. A matriz social do discurso expõe o trabalho de articulação da instituição e seu modo de agir frente a uma conjuntura política na qual seu poder foi esvaziado. Trabalham visando à manutenção de seus interesses na nova Carta.

Trata-se de um texto que privilegia a posição da hierarquia militar — sua perspectiva sobre os dispositivos constitucionais referentes à instituição — reconhecendo, portanto, o *modus operandi* institucional. No primeiro parágrafo, o texto descreve o pensamento dos ministros militares e afirma que "o Congresso constituinte não irá alterar qualquer um dos pontos da atual Constituição relacionados com as Forças Armadas." Isso porque estão desenvolvendo "um intenso trabalho de *lobby* e também porque - aqui dando voz aos ministros militares - as normas referentes aos militares "são comuns às Forças Armadas dos países democráticos e por isso devem ser mantidas."

O texto traz em discurso direto a posição do ministro do Exército criticando os rumores de golpe e denunciando uma estratégia para perturbar os trabalhos para, logo em seguida, resumir a posição do ministro frente aos resultados do *lobby*. Ou seja, basta o uso do bom senso e os parlamentares "saberão preservar" a função dos militares. Toda uma discussão política que diz respeito ao conjunto da sociedade fica a reboque de prognósticos do ministro do Exército - a maior autoridade da instituição.

Com relação à identidade dos militares no processo histórico nacional, o texto mais uma vez evidencia a posição da hierarquia militar - privilegiando sua voz - em discurso direto: "as Forças Armadas jamais tomaram, isoladas, a iniciativa de empregar o seu poder, utilizando-se de uma suposta autonomia, mas quando o fizeram foi atendendo às aspirações do povo." Também em discurso direto, o texto abre espaço para a declaração do ministro do Exército mostrando os militares não como "intrusos na história do Brasil" mas sim como "instrumentos da vontade nacional."

## 5. Conclusão

Por meio dos textos analisados, pudemos ver que a linguagem contribui para a manutenção das estruturas de poder vigentes na sociedade e como o faz. Seu caráter dinâmico, não-estranho favorece ao mesmo tempo percepções diferenciadas da realidade. Queremos ainda considerar de modo abrangente alguns pontos que enumeramos abaixo:

*1º - Contexto de situação e contexto de cultura:* Como observamos nos textos analisados, o contexto de situação de cada texto referia-se sempre à discussão do papel dos militares na sociedade brasileira, sua presença no cenário político e, em especial, sua relação com o Congresso constituinte. A produção de cada texto dá-se em momentos distintos. No entanto, há um fio condutor que perpassa todos eles, qual seja, como se comportam os militares frente à discussão sobre a destinação das Forças Armadas na nova conjuntura sócio-política do país.

Percebe-se nos textos uma perspectiva otimista com relação ao papel dos militares na nova conjuntura. A exceção do primeiro texto analisado, os demais expressam claramente uma visão positiva sobre a relação entre os militares, como instituição, e a sociedade, a despeito das divergências que, ainda quando explicitadas, não ganham a mesma relevância das posições dos ministros militares, por exemplo.

Quanto ao contexto de cultura, que é mais amplo, cabe-nos analisá-lo e contra o mesmo confrontar a análise que fizemos dos textos. O processo de produção, distribuição e consumo desses textos é todo ele desenvolvido levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- as Forças Armadas figuram como instituição-chave na transição política que se desenrola no país;
- a instituição detinha poucos anos antes um poder de influência muito grande sobre a sociedade pelo fato mesmo de estar no governo;
- a imprensa teve um engajamento na formação do consenso que possibilitou a transição entre o Regime militar e o civil e mantém interesse na sua manutenção;
- o processo discursivo da imprensa privilegia a voz da autoridade, as "fontes autorizadas";
- a repercussão na opinião pública e na sociedade é característica primordial do processo discursivo da imprensa.

Por lidar com as elites sociais, as figuras de poder, as autoridades, a imprensa torna-se um canal privilegiado de manifestação do poder e das lutas políticas. A produção dos textos implica considerar a existência de leitores virtuais que são — antes que o cidadão comum — as próprias elites e as facções em luta pelo poder. Como exemplo apropriado, temos o terceiro texto analisado no qual se percebe

como a autoridade do presidente Sarney ganha relevância, motivada entre outros fatores pela posição assumida pelos ministros militares. As facções políticas interessadas na redução do mandato presidencial e na implantação imediata do parlamentarismo são apresentadas, implicitamente, como defensoras de casuísmos e atropelos à ordem, em contraponto aos ministros militares que defendem mudança sem casuísmo, isto é, com segurança.

*2º-A prática discursiva:* Como vimos na seção anterior, a prática discursiva—de acordo com Fairclough—envolve processos de produção, distribuição e consumo de textos, a natureza desses processos variando conforme os fatores sociais.

No caso das reportagens, vale observar que elas não são meros relatos, antes são textos que envolvem complexas rotinas de trabalho: um jornalista recebe uma pauta — previamente definida por outro profissional, seu superior hierárquico, que não raro define também as fontes a serem ouvidas — vai à busca das fontes, colhe informações, checa dados, redige um texto, expõe ao redator, editor e, em certos casos, ao diretor, não raro refaz o texto; algumas vezes, o texto é refeito sem a sua participação. A esse texto, atribui-se um título — tarefa que, normalmente, não é desempenhada por seu autor. Finalmente, o texto pode passar ainda — depende do veículo — pelo *copydesk* (profissional da redação que faz a adequação de linguagem e estilo) e pelo revisor. Em todas essas etapas, existe um controle institucional que impõe algumas opções. Há normas preestabelecidas que orientam esse trabalho e a existência de um manual de redação e estilo específico em cada veículo, bem como a imposição de sua observância, são exemplos desse controle. Algumas questões vão surgindo e impondo respostas: Que fonte será ouvida? Que problemas podem ser abordados? Quais das informações recebidas podem ser aproveitadas ou descartadas? Como redigi-las? Em discurso direto ou indireto, na voz passiva ou ativa?

Enfim, todo esse controle é diluído e está presente nas várias etapas do processo, passando desapercibido dos profissionais que o executam. Como numa linha de montagem de uma fábrica, cada qual faz sua parte e, embora uns detenham mais controle que outros, ninguém detém o controle absoluto do que vem a ser veiculado.

No caso do editorial, embora a dinâmica seja mais simples, não obstante o controle ainda é maior. Não é qualquer jornalista que faz um texto do gênero editorial. Há que ser um profissional que ocupe cargo de direção, seja editor, secretário de redação ou diretor, ou que seja designado para esta tarefa pela direção da redação. Em alguns casos, o próprio dono do jornal chama a si essa prerrogativa. Trata-se de um texto que indica a perspectiva da empresa sobre a conjuntura.

Como mostramos em outro trabalho, citando Van Dijk (Martins, 1992: 22), "o processo de produção de notícias é controlado por processos de cognição social e também por representações sociais compartilhadas por jornalistas como um grupo

social e profissional." Assim, os textos não são meros relatos, detendo uma autonomia relativa.

Com relação à distribuição e consumo, nesse caso, os gêneros da imprensa equivalem-se no seu destino. São textos destinados ao grande público. Efetivamente, no Brasil devemos considerar que os jornais têm um alcance limitado predominando seu consumo nas classes A, B e C. Quanto ao consumo, deve-se notar ainda que os textos são consumidos diferentemente pelos diversos grupos de pessoas que têm acesso aos mesmos.

3<sup>o</sup> - *Intertextualidade e identidade social*: Os textos da imprensa são bons exemplos de como a intertextualidade está presente no processo discursivo. Os textos não surgem ao acaso, nem dizem nada absolutamente inédito. Ao contrário, há um encadeamento lógico onde a existência de alguns textos permitirá o surgimento de outros. Nesse processo, cada texto fará referência a outros que o precederam, trará marcas dos mesmos.

Segundo Fairclough, "a intertextualidade de um texto pode ser vista ao incorporar os relacionamentos potencialmente complexos que tem com as convenções (gêneros, discursos, estilos, tipos de atividade) que são estruturados juntamente para constituir uma ordem de discurso"(op. cit., p. 103). Na imprensa figura um tipo específico de intertextualidade que Fairclough denomina "representação de discurso". De vez que a imprensa faz uma mediação entre pessoas e instituições, seu trabalho é o de representar essa mediação. E aí a imprensa incorpora em seus textos partes de outros textos.

Nos textos analisados, percebemos a presença de outros textos que figuram no processo discursivo. A perspectiva dos ministros militares, a posição dos líderes políticos, o ponto de vista de parlamentares, das elites sociais, do governo e da própria imprensa. A voz do jornalista faz-se presente nos textos da imprensa, não é mero instrumental. Daí porque há sempre uma questão de escolha — característica primordial nesse processo da imprensa — entre o discurso direto e o indireto.

No segundo texto, por exemplo, o discurso indireto — característico do gênero editorial — serve para "resumir" posições de outros sujeitos. O texto atribui conceitos e posições à instituição Forças Armadas:

- a) "As Forças Armadas ficam de avalistas, e assumirão o débito moral";
- b) "O certo, porém, é que as Forças Armadas são completamente desinteressadas do poder político;
- c) "As Forças Armadas não são interessadas em nova aventura política para tirar a castanha do fogo para a política saboreá-la";
- d) "Em nome das Forças Armadas, o que pode ser dito, sem qualquer desrespeito, é que são interessadas num regime cuja transparência impeça que elas sejam usadas para ocultar interesses menores e procedimentos fisiológicos".

Trata-se de uma construção argumentativa que reforça a imagem das Forças Armadas como instituição séria, respeitável, imune a questões político-partidárias e com autoridade moral no contexto da sociedade brasileira. O editorial toma a defesa da instituição contra políticos que a usam para ameaçar outros que pretendiam votar de modo divergente. Percorre o texto a idéia de que as Forças Armadas estão acima da classe política e que a utilização que foi feita de seu nome deu-se à revelia da instituição. O editorial a poupa do desgaste. O contexto social, no entanto, revela que a hierarquia militar fez gestões contra as mudanças (Martins, 1992).

Neste ponto, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que nesse processo discursivo da imprensa, constrói-se uma identidade social para os militares e para a instituição Forças Armadas. Essa identidade social firma-se na intertextualidade que enriquece os textos, nas marcas lingüísticas que ensejam sua coerência e no contexto de situação que os origina. Que identidade social é essa?

Antes de discutir essa questão, vamos analisar um pouco mais detidamente o conceito de identidade social na perspectiva da Análise de Discurso Crítica. Para Izabel Magalhães (1995: 215), o discurso como prática social constitui as identidades sociais. Em sua análise sobre a construção da identidade em relatos de mulheres, refere-se a Foucault, mostrando que o sujeito "é constituído por um *sistema de relações* entre o espaço institucional e 'códigos de percepção'; entre 'observações imediatas' e 'informações já adquiridas', entre os múltiplos papéis que exerce no 'espaço social'".

Ora, para Foucault, o discurso não é um fenômeno de expressão ou uma questão de tradução verbal de uma síntese. O discurso evoca um campo de regularidade onde as diversas posições de sujeito se manifestam. Nele se observa a expressão da subjetividade e também a dispersão do sujeito e sua descontinuidade podem ser determinadas.

Nos textos analisados, vemos a construção da imagem, do papel social dos militares como instituição na sociedade brasileira. Ao não tratar diretamente da questão do poder dissuasório representado pelas armas, ao reconhecer e louvar a capacidade de negociação dos ministros militares frente ao quadro político, ao privilegiar a instituição e seus líderes ou representantes, conferindo-lhes um espaço maior de fala, em tudo isso, a imprensa utiliza a linguagem de modo a legitimar as relações sociais hegemônicas presentes na sociedade brasileira.

A contribuição deste trabalho, portanto, é evidenciar como as práticas de letramento desenvolvidas pela imprensa determinam a construção de identidades sociais. O discurso que dá ensejo à formação dessas identidades é uma prática social que se manifesta pelo cruzamento de múltiplos sentidos em textos que encerram uma certa coerência. Quer dizer, mesmo ao veicular sentidos que emergem de formações discursivas distintas, o texto persegue uma perspectiva

de coerência: o prevalecimento de alguns sentidos sobre os outros. Sem tal prioridade, o texto torna-se inconsistente.

Vimos como os textos da imprensa são eventos de letramento. Não apenas no sentido de que são documentos escritos, mas porque surgem e permanecem mediados pela linguagem. São produtos da escrita. Surgiram de um contexto de produção simbólica. Resumem falas, expõem documentos, apresentam outros textos aos quais se referem de múltiplas formas, por meio de três vertentes: o dito, o implícito e o silêncio.

Falta-nos, para concluir, considerar ainda aquilo que Maingueneau (1989) lembra sobre a questão da polifonia, isto é, a distinção entre locutor e enunciador. Segundo ele, o locutor é "um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável" (id.:76). Já o enunciador representa o personagem, aquele que "adquire" voz no texto. Voltemos aos textos da imprensa. Nele vemos que o locutor é o jornalista, o responsável pelo texto. Trata-se de uma posição institucional e não pessoal, de caráter particular. Ao passo que os enunciadores são os vários sujeitos cujas posições ganham referência no texto.

Não raro os textos da imprensa trazem enunciados que provêm de sujeitos ligados a instituições e formações discursivas distintas. A dinâmica do processo discursivo na imprensa e mesmo a dinâmica do processo social faz com que alguns desses enunciações sejam mais prestigiados que outros. E uma das características das práticas de letramento na imprensa é trabalhar nessa perspectiva de posicionar sujeitos e enunciados em estruturas de poder. Lembrando Maingueneau, o conjunto de enunciados representa a realidade social de uma época. O que vimos neste trabalho é a especificidade na instituição imprensa de um processo mais abrangente que se desenrola na sociedade: a manifestação do poder na construção de identidades sociais.

## Referencias Bibliográficas

- Barton, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*, Oxford: Blackwell, 1994.
- Fairclough, N. *Discourse and social change*. Oxford: Polity Press & Blackwell Publishers, 1992.
- Halliday, M. A. K. & Hasan, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford University Press, 1991 (1985).
- Magalhães, L. Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres. In: Kleiman, A. (org.) *Os significados do letramento*. Campinas, S. P.: Mercado de Letras, 1995.
- Maingueneau, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. F. Indursky .

- Campinas: Pontes, 1989.
- Martins, A. R. N. O discurso da imprensa sobre os militares Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado inédita, 1992.
- Street, B. (ed.) *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge University Press, 1993.
- Van Dijk, T. Critical news analysis. *Critical Studies*, 1(1), 1989.